

ANEXO I

 <p align="center">Governo do Estado do Pará Secretaria de Estado da Fazenda</p>		<p align="center">TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FISCAL - PROREFIS N.º do Pedido: _____/____</p>			
<p align="center">Sr. Coordenador Executivo Regional ou Especial da Administração Tributária</p> <p>Nos termos do art. 2º do Decreto n.º 1.378, de 03 de setembro de 2015, a(o) _____, estabelecida(o) à _____, Estado _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ, sob o n.º _____ e no Cadastro de Contribuintes do ICMS, sob o n.º _____, por seu representante legal, ao qual assinado e identificado, vem, pelo presente, comunicar a V. Sª, a opção pelo enquadramento na sistemática prevista no inciso _____, do art. 2º, do Decreto, acima mencionado, para efeitos de regularização do(s) débito(s) fiscal(is) do ICMS, abaixo(s) relacionado(s), decorrente(s) de fato(s) gerador(es) ocorrido(s) até 31 de dezembro de 2014:</p>					
OPÇÃO PAGAMENTO					
Parcelamento em _____ parcelas, com redução de _____% das Multas e dos Juros.					
DESCRIÇÃO	CTA	PERÍODO	N.º DOCUMENTO	VALOR TOTAL R\$	TOTAL A PAGAR COM REDUÇÃO R\$
TOTAL					
<p>Declaro estar ciente que a adesão ao PROREFIS somente será homologada, pelo _____, mediante pagamento da primeira parcela, de acordo com as regras descritas no Decreto supra mencionado. Este documento, regularmente firmado pelo contribuinte e a agência bancária, deverá ser protocolado na SEFA, até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente à opção, conforme disposto no art. 4º da Instrução Normativa n.º 17/15, sob pena de revogação do PROREFIS e consequente perda do benefício de que trata o Decreto n.º 1.378, de 03 de setembro de 2015.</p> <p align="center">_____, ____ de _____ de 2015.</p> <p align="center">Cargo: CPF/CNPJ n.º:</p>					
<p>Autorizo, para _____, em nome do PROREFIS, o débito automático referente às parcelas subsequentes à primeira, declarando e atestando a titularidade da conta especificada abaixo.</p> <p align="center">_____ Assinatura do Titular da Conta</p>					
BANCO:	AGENCIA:	CONTA CORRENTE:	TITULAR:		
			_____ CPF N.º		
<p align="center">Data da Averbação: _____/_____/_____ _____ Carimbo e Assinatura do Responsável no Banco</p>					
<p>Declaro e atesto para os devidos fins que autorizo o débito automático na conta especificada acima quanto às parcelas do referido PROREFIS.</p> <p align="center">_____ Assinatura do Titular da Conta</p>					

ANEXO I

 <p align="center">Governo do Estado do Pará Secretaria de Estado da Fazenda</p>		<p align="center">TERMO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FISCAL - PROREFIS EXTINÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO MEDIANTE DAÇÃO EM PAGAMENTO EM BEM IMÓVEL</p>			
1. IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO:					
NOME/RAZÃO SOCIAL:					
ENDEREÇO:					
INSCRIÇÃO NO CADASTRO DO ICMS SOB O N.º:			CNPJ/CPF N.º:		
2. IDENTIFICAÇÃO DE DÉBITO					
VALOR NA DATA DO PEDIDO:			PROCESSO (S) N.º:		
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL (informações detalhadas do imóvel, como localização, dimensões e confrontações):					
<p>O sujeito passivo acima identificado requer a extinção do crédito tributário inscrito em dívida ativa, mediante dação em pagamento em bem imóvel, declarando-se ciente de que, nos termos do art. 3º do Decreto n.º 1.378/15, o deferimento do pedido importa o reconhecimento da dívida e a renúncia irrevogável a qualquer direito de contestar, judicial ou administrativamente, o crédito tributário em questão, bem como, se for o caso, a extinção de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, caracterizando a concessão extrajudicial, prevista nos arts. 348, 353 e 354 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil.</p> <p>Declara, ainda, em observância ao disposto nos incisos V e VI do § 6º da Instrução Normativa n.º 17/15, que o referido imóvel está apto à imediata imissão de posse pelo Estado, que não é imóvel único do devedor utilizado para fins de residência própria e está ciente de que a dação em pagamento somente produzirá efeitos plenos após o registro do imóvel, momento em que se considera extinto o crédito tributário, até o limite do valor da avaliação do imóvel, nos termos do § 20 do art. 19 da Instrução Normativa n.º 17, de 10 de setembro de 2015.</p> <p align="center">_____, ____ de _____ de 2015.</p> <p align="center">_____ Assinatura do Representante Legal CPF/CNPJ n.º:</p>					